

ATA DA 10ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PARTICIPATIVO MUNICIPAL DA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS DO ANO DE 2019.

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS SÃO PONTOS FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA NOSSA SOCIEDADE!



Abertura: Aos trinta e um (31) dias do mês de Outubro de 2019, às 19h15min, em segunda chamada, reuniu-se no Auditório Chico Mendes da Subprefeitura de Pinheiros, situada à Av. Prof. Frederico Hermann Jr, número 595, o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros, por meio de seus titulares, no ofício de Conselheiros Participativos Municipais.

Coordenação: Régis Gabriel

Secretária Geral: Cristina Asperti

I. Registro dos participantes e ausentes

a) Conselheiro(a)s presentes:

Francisco Rubens Gomieri, Maria Cristina de Araújo Asperti, Maria José Ferreira da Silva Nogueira, Maurício Ramos de Oliveira e Régis Mendes Gabriel, **totalizando 5 (cinco) presenças.**

b) Conselheiro(a)s ausentes:

Com justificativa apresentada: Ana Arlene Carvalho Gouvea, Cynthia Amaral Campos, Cynthia Bitran, Daniel da Silva Dias, José Augusto Vieira de Aquino, Luciana Curatella, Marcia Adriana Silvestre Custódio, Maria Verônica Porto Bilyk, Nicolau Sarquis Junior, Samantha Dangot, Sergio Alexandre Sanguessuga da Rocha e Sergio Ferraz e Opice, **totalizando 12 (doze) faltas justificadas.**

Sem justificativa apresentada: Luiz Marcelo Delduque Pacheco, **totalizando 1 (uma) falta não justificadas.**

c) Autoridades presente(s):

José Flavio Cury - Supervisor Técnico de Planejamento Urbano da Subprefeitura de Pinheiros, Dr. Renato Oliveira Gomes - Coordenador de Governo Local da Subprefeitura de Pinheiros e Vanessa De Lima Portella - Assessoria Técnica do Gabinete do Subprefeito de Pinheiros.

d) Convidados presente(s): Andrelixa Ruiz (Fundação Tide Setubal), Ariovaldo Guello (Forum do Idoso de Pinheiros), Aya Saito (Mackenzie), Cristina Haas (ODSs - SP Projetos), Eliana Barcelos (AVM - Associação de Moradores da Vila Mariana), Fabiana Tock (Fundação Tide Setubal), João Pedro Rosin (Conselheiro Gestor da Supervisão Técnica de Saúde de Pinheiros), José Iran (município), Luciane Munzaki (município), Lara Freitas (Ecobairro, CADES Lapa/Vila Mariana), Mario Luis Pecoraro (Agenda 21), Marcos Smetana Lopes (VIVACORD), Magda Beretta (CADES Vila Mariana), Neidson Nunes Soares (Gabinete Deputado Bruno Lima), Silvana Bertoncini (VIVACORD).

II. Pauta da Décima Reunião Ordinária de 2019

- a) Comunicados;
- b) Apresentação temática sobre Planos de Bairros, check-in e diálogo aberto com Andrelixa Ruiz e Fabiana Tock, ambas da Fundação Tide Setubal e José Flavio Cury - Supervisor Técnico de Planejamento Urbano da Subprefeitura de Pinheiros;
- c) Aprovação da ata;
- d) Agenda Pública do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros.

III. Expediente e ordem do dia

a) Comunicados

- 1) Recebemos a carta de renúncia ao mandato do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros, do Conselheiro Participativo pelo segundo mandato JOÃO PEDRO ROSIN, para participar da Comissão Eleitoral Local da Eleição do Conselho Participativo Municipal biênio 2020/2021. Natural de São Bernardo do Campo, nascido numa quinta-feira em 15 de Outubro de 1959, militante da saúde há mais de 10 anos, morador da Vila Madalena há quase 40 anos, quando a Vila Madalena era uma tranquilidade absoluta, num tempo em que se conhecia as famílias do quarteirão, conhecia-se os filhos, as crianças, os nomes dos cães, mas o mundo segue em frente, o mundo muda, mas as luzes são as mesmas, iluminando-o. É importante reconhecer à todos, que como conselheiros, dão a sua contribuição na participação social e seja lá como for, pensam no bem comum.
- 2) Oficina de Novembro a ser ministrada no Conselho Participativo de Pinheiros: Construindo comunidades inovadoras a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de dados do município.

Agradecemos Fernanda Nascimento de Lima da Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA) pertencente a Secretaria Executiva de Gestão de Projetos Estratégicos pela cordialidade, ajuda e atenção referente a vinda das oficinas ao Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros.

A oficina será ministrada no dia 11 de novembro de 2019 por ANDRÊSSA BATELOCHIO, formada em Comunicação Social pela FAAP e como consultora em sustentabilidade pela consultoria Migliori, com pós-graduação em Marketing de Negócios pela ESPM-SP, especialista em Responsabilidade Social e Terceiro Setor pelo CEATS-FIA e Sustentabilidade pelo SENAC-SP.

A partir da compreensão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), histórico e dados atuais e da análise de dados e iniciativas do município, promoveremos reflexões, diálogos e atividades coletivas, incentivando uma maior participação nos territórios sob este “novo olhar” para a sustentabilidade. Por meio de atividades “mão na massa”, o grupo criará soluções para melhorias locais.

A gravação da oficina Construindo comunidades inovadoras a partir dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de dados do município estará na rede social do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros.

- b) Apresentação temática sobre Planos de Bairros, check-in e diálogo aberto com Andrelissa Ruiz e Fabiana Tock, ambas da Fundação Tide Setubal e José Flavio Cury - Supervisor Técnico de Planejamento Urbano da Subprefeitura de Pinheiros**

RÉGIS GABRIEL – CONSELHEIRO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: Boa noite e obrigado de coração pela presença e pela contribuição de todos. Sejam muito bem-vindos em nome do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros eu, Régis Gabriel, atual Coordenador do Conselho Participativo Municipal, junto com o colegiado de conselheiros iniciamos nesse momento a décima reunião ordinária do ano de 2019.

Vamos dar as boas-vindas aos nossos convidados.

- **FABIANA TOCK**, mestre em Administração Pública e Governo pela Fundação Getulio Vargas, trabalha como coordenadora de defesa de direitos e políticas públicas na Fundação Tide Setúbal.
- **ANDRELISSA RUIZ**, jornalista mestranda em Mudanças Sociais e Participação Política pela USP, trabalha com educação comunitária como também em articulações políticas em prol do desenvolvimento de periferias urbanas na Fundação Tide Setubal.
- **JOSÉ FLAVIO CURY**, arquiteto e urbanista, doutor pela FAU-USP, trabalha como Supervisor Técnico de Planejamento Urbano da Subprefeitura de Pinheiros.

A Fundação Tide Setúbal apoiou a criação do Plano de Bairro do Jardim Lapenna: rota para um território de direitos.

ANDRELISSA RUIZ: Boa noite a todos e todas, eu vou contar um pouquinho para vocês a experiência do Plano de Bairro do Jardim Lapenna. Eu estou neste projeto desde o início, eu gostaria de começar contando como é que surgiu esta ideia da gente implementarmos o Plano de Bairro do Jardim Lapenna. A Fundação Tide Setúbal atua no Jardim Lapenna desde 2006, temos uma longa caminhada lá dentro do bairro e junto com os moradores participávamos do Forum de Moradores que existia lá. O Forum de Moradores ocorre uma vez por mes e acaba sendo muito temático, acabava não trazendo as mesmas pessoas, por exemplo, vamos discutir o tema creche, vem na reunião, só as mães que tem filhos, então a ideia do Plano de Bairro foi agente tentar trazer um movimento que conseguisse engajar a maior parte da população e que a maior parte da população conseguisse ver o Bairro do Jardim Lapenna como um todo. O Bairro é uma construção do coletivo e não interessa agente resolver só o problema da nossa porta, só da nossa família. Nós descobrimos através do instrumento do Plano de Bairro um possível caminho para isso, porque o Plano de Bairro traz vários itens que ele aborda, desde mobilidade urbana, microdrenagem, meio-ambiente, itens que conseguiriam trazer o interesse das pessoas e ao mesmo tempo como não são grandes obras, isso poderia ser feito num tempo mais reduzido a ponto de formar nas pessoas uma vontade das coisas sendo concretizadas, então a ideia é, vamos começar com coisas menores e apartir do momento, agente como morador é potente e consegue conquistas, agente vai se metendo em desafios maiores.

O Bairro do Jardim Lapenna facilita a organização comunitária porque ele é bem delimitado num quadrilátero, ele está entre a Avenida Jacú Pêssego, a linha do trem da CPTM, a indústria Nitro Química de São Miguel Paulista e a SABESP. O processo do Plano de Bairro, o que é importante quando agente vai começar a pensar um planejamento de um bairro, o levantamento de dados, por exemplo quais dados agente tem desse bairro, dados da faixa etária da população, se tem mais crianças, adultos, idosos, porque isso faz diferença na hora de se pensar em alguma ações. Após a realização do diagnóstico, para conseguir ganhar mais pessoas, para termos força suficiente para mudarmos o bairro, fizemos uma reunião com todas as organizações locais do bairro, 8 organizações sociais que são do bairro, montando o Colegiado do Bairro Jardim Lapenna. Depois, fomos mapeando as lideranças do bairro, quem já era legitimado como liderança e convidamos também estas lideranças para vir a este Colegiado. Como agente vai informar para o bairro todo, que isto está acontecendo? Então criamos uma grande ação no bairro, “O Lançamento do Plano de Bairro”, na principal Rua do bairro, trazendo informações do que era plano de bairro através de uma cartilha, organizamos barraquinhas que as pessoas poderiam interagir, já trazendo propostas para o bairro, desse lançamento do Plano de Bairro, moradores começaram a nos procurar para fazer parte deste colegiado também, agregando todo mundo neste colegiado.

Fomos para um outro momento, o momento de oficinas diagnósticas, foram entrevistadas as Agentes Comunitárias de Saúde e os moradores. Depois as oficinas para elaboração de propostas a partir do que foi levantado no bairro. Então fizemos uma devolutiva destas propostas para ver se todo mundo estava de acordo com o que tinha aparecido e priorizamos estas propostas, em termos de urgência. No fim, o nosso Plano de Bairro ficou com quatro desafios, um desafio foi fortalecer a

organização comunitária, a maioria dos pedidos foi que o bairro necessitava de mais organização comunitária para se conquistar mais coisas, pois o Jardim Lapenna fica ao lado de um bairro muito organizado, União de Vila Nova, já todo urbanizado, que conseguiu o projeto da CDHU, então tinha essa comparação de como um bairro organizado, ele se transforma. Então este desafio de como agente se organiza enquanto comunidade, agente consegue fazer a nossa própria gestão da nossa comunidade. O segundo desafio que é promover um bairro em harmonia com o seu meio ambiente, diz muito das questões de resíduos sólidos, porque é um bairro que tem enchente, então como tem enchente as pessoas acabam colocando os seus móveis na rua e é um bairro que está em constante processo de ocupação, tem muita construção o tempo inteiro, a questão da microdrenagem e criação de áreas verdes e hortas comunitárias. O terceiro desafio, como transporte público só há o trem da linha 12, Safira, não há ônibus que circulam, o Jardim Lapenna é pequeno com uma área de 0,3 km², porém um transporte circular seria importante para quem tem mobilidade reduzida. Quando eu comecei a ir ao Jardim Lapenna em 2007, eu sou moradora de São Miguel Paulista, eu tinha que passar por um buraco na linha do trem, pois não tinha passarela. Quando levaram a estação para perto do Jardim Lapenna não tinha projeto da passarela, foi uma briga dos moradores exigir uma passagem para o bairro. Hoje temos lá um campo de futebol, mas não tem um espaço de convivência por exemplo para as mulheres estarem. Temos alguns equipamentos públicos, mas ainda não atendem toda a população com cerca de 14 mil moradores, sendo 3 mil crianças, as crianças e jovens são a maior parte da população. O Jardim Lapenna é dividido, vamos assim dizer em três partes, a parte mais alta do bairro que tem casas boas, aí temos pessoas que foram chegando depois, que tem casas de alvenaria, mas sem acabamento e por fim a parte muito precária, que são as palafitas, que construíram em cima do Córrego. Há ocupações de terrenos públicos do Estado. Cada um desses desafios tem as suas propostas de implementação e assim construímos um documento do Plano de Bairro. No Jardim Lapenna não tem lotérica, não tem banco, não tem caixa automático, mas possui alguns comércios. Uma visão minha é que o Jardim Lapenna está mais próximo com o Centro de São Miguel Paulista.

Quando a gente construiu o Plano de Bairro, nós combinamos que o primeiro ano de projeto seria para construir esse documento com propostas e justificativas para apresentar para a Prefeitura, o Plano de Bairro é um instrumento do Plano Diretor Estratégico, tiramos fotos e fizemos atas das reuniões e anexamos tudo num documento que agente chamou de comprovação do processo participativo, para comprovar que foi feito envolvendo a comunidade. A Fundação Tide Setúbal atua no Jardim Lapenna desde 2006, a missão dela sempre foi o desenvolvimento local do Jardim Lapenna, quando fez dez anos de atuação da Fundação, ela começou a repensar a sua atuação lá, tínhamos projetos socioeducativos com crianças e famílias, e começamos a pensar em um projeto mais conjunto com a comunidade que não dependa de uma pessoa só para acontecer, a Fundação Tide Setúbal investiu profissionais neste projeto porque está dentro da missão dela o desenvolvimento das periferias urbanas.

O Plano de Bairro é um processo que os moradores tem um papel muito importante e que precisa de um apoio técnico que pode ter ou não dentro da comunidade, por exemplo, o Mackenzie tem uma faculdade que está apoiando o Plano de Bairro do Jardim Piratininga, a Aya Saito que está aqui que faz parte deste colegiado, cada vez faz mais sentido para a Universidade que os seus trabalhos não sejam mais trabalhos de bibliotecas. Então é bem importante tentar este apoio técnico para poder traduzir os desejos da comunidade para uma linguagem técnica para a Prefeitura conseguir visualizar o que agente está querendo. Uma peça importante é o Poder Público, algumas coisas agente consegue resolver sozinho, no Plano de Bairro dividimos ações de energia comunitária e ações do poder público, então por exemplo precisava requalificar uma praça, fizemos um mutirão e arrumamos a praça, pronto conseguimos resolver sozinho, outra ação, tinha uma rua com ponto de acúmulo de lixo, resolvemos fazer uma ação cultural de conscientização, mas dessa vez com a ajuda da Prefeitura, que recolheu o lixo, desde o começo nós apresentamos o projeto do Plano de Bairro para a Subprefeitura de São Miguel Paulista, quanto mais ela souber do projeto de vocês, mais ela vai poder colaborar e a medida que se

precisava do apoio da Subprefeitura, acionávamos a Subprefeitura. Então a organização comunitária dá um respaldo, uma coisa é vir um munícipe, outra coisa é virem todos vocês a Subprefeitura fazer uma solicitação fazendo sentido para muitas pessoas. É muito importante também prestar atenção no que cada morador sabe, por exemplo, um morador fez um desenho numa folha sulfite com uma solução para uma questão crítica de enchente que ficava uma semana alagada na Rua da Creche da UBS Jardim Lapenna, a solução compreendia passar uma vala entre umas casas, não precisando de desapropriação, e pedir para a SABESP deixar fazer uma vala por dentro do muro da SABESP para jogar até o outro córrego que é maior. O Subprefeito olhou o desenho, ouviu e conversou com os engenheiros e fez esta vala alternativa.

A Fundação Tide Setúbal é uma organização social familiar, quando o Olavo Egídio Setúbal foi prefeito (1975-1979), a sua esposa Tide Setúbal, falecida muito nova em 1977, fez várias ações sociais em São Miguel Paulista, e a filha dela, Maria Alice Setúbal, encontrou um diário com as ideias do quanto ela queria continuar com essas ações em São Miguel Paulista, então ela conversa com os irmãos e eles fazem uma doação para o fundo, e a Fundação Tide Setúbal e os seus projetos vivem do rendimento desse fundo próprio. A Fundação Tide Setúbal não é o Itaú Social.

O processo participativo é muito duro não é, vocês estão aqui para comprovar isso, por exemplo tenho certeza que a primeira reunião desse Conselho Participativo tinha muitas pessoas e que as pessoas foram saindo aos poucos, para nós tentarmos manter o interesse, criamos uma estratégia de ganhos rápidos, que é pensar algumas ações que são mais rápidas para acontecer, para que a população veja que as coisas estão acontecendo e não desanime, como um mutirão de requalificação numa praça, coisas que dá para se fazer a cada dois meses e que vão mantendo a população vendo que tem alguma acontecendo no bairro. É importante fazer oficinas/reuniões em vários lugares, até reuniões itinerantes, por exemplo na rua, no bar, etc., porque neste processo descobrimos que há pessoas que não gostam de determinados lugares por diferentes motivos. Selecionamos e marcamos num mapa os imóveis, terrenos no bairro que poderiam sofrer intervenções, receber equipamentos públicos. Percebemos também que nem todo mundo gosta de ir numa reunião, então para pegar as propostas das pessoas que não gostam de uma reunião, colocamos uma caixinha de propostas nos comércios do bairro. Aproveitamos também os eventos do bairro que já existiam e que reuniam muitas pessoas. O Jardim Lapenna era um bairro que não tinha zeladoria e com o Plano de Bairro o poder público ficou mais próximo e o bairro começou a ser lembrado. Conseguimos também levar a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal para fazer uma audiência pública lá no Jardim Lapenna, conseguindo um valor de R\$ 545.000 para a microdrenagem do bairro na Lei Orçamentária Anual porém apareceu um decreto anulando a nossa dotação. O orçamento municipal não tem previsão para acolher demandas de processos participativos. Neste interim, nós descobrimos que outros bairros também estão tentando Planos de Bairros e então nos reunimos para pensar ações conjuntas destes bairros na Frente de Apoio aos planejamentos participativos. Uma sugestão é que o Orçamento poderia vir com uma linha com determinado valor para os Planos de Bairros, porque aí você faz um Plano de Bairro sabendo que você vai ter um lugar onde pegar esse orçamento, senão é uma luta muito difícil onde vamos perdendo o engajamento das pessoas porque fica parecendo meio impossível. A partir do Plano de Bairro a população começa a ter interesses mais coletivos, porém o poder público ainda não tem familiaridade com processos participativos, apesar do Plano de Bairro estar previsto no Plano Diretor Estratégico.

FABIANA TOCK: Agente tenta sempre pegar estas experiências no nível territorial e ver como isso pode fazer parte de um sistema maior de planejamento para a cidade. O Jardim Lapenna é um bairro de periferia típico da cidade de São Paulo. Toda essa organização da sociedade civil no próprio bairro foi uma mola propulsora para o Plano de Bairro. O Colegiado do Bairro Jardim Lapenna foi muito protagonista neste processo, trazendo demandas coletivas. Em especial quando a gente está tratando de desigualdade socioespaciais na cidade é muito importante termos o envolvimento da comunidade, por outro lado essa experiência do Plano de Bairro mostrou o quanto é importante a unidade territorial no planejamento da cidade, o Plano de Bairro está formalmente no Plano Diretor Estratégico, mas o Plano de Bairro ainda carece de uma

articulação mais clara com uma visão de cidade. A nossa lógica de planejar a cidade, não é uma lógica que pensa no território, é uma lógica que pensa no setor, então você tem todos os planejamentos setoriais, o planejamento orçamentário que responde a educação, saúde, etc., e você não tem nenhum planejamento orçamentário em especial que fale do território e isso vivemos na prática, quando fomos brigar por recursos para financiar esta demanda coletiva, sofremos todos os tipos de desafios. O Plano de Bairro traz para agente como nós temos planejado nossa cidade, os territórios não são vistos no planejamento, se o Plano de Bairro é por excelência um instrumento que organiza as demandas do território, como essa qualidade do Plano de Bairro pode fazer com que o planejamento da cidade também pense no território, como ele pode ser um articulador das demandas locais numa lógica mais global de cidade. Como a gente vai planejar a cidade a partir da unidade territorial, que é um território onde você tem as desigualdades mais expressas, o Jardim Lapenna é uma das últimas linhas da nossa periferia, como podemos usar estes instrumentos de planejamento urbano, o Plano de Bairro tem essa potência de olhar para o território, para pensar num projeto de cidade que consiga diminuir essa distância entre centro e periferia, é a nossa missão na Fundação Tide Setúbal, tentar olhar para estes aspectos de como podemos reduzir as desigualdades socioespaciais na cidade, por isso o Plano de Bairro tem essa relevância na sua construção, porque ele começa falando que o território importa não só para a comunidade local, mas também para pensar num projeto de cidade que não seja setorializado e conforme vamos brigando junto com o Colegiado do Bairro Jardim Lapenna para implementar as ações do Plano de Bairro, agente também vem questionando de uma forma bastante positiva os instrumentos de planejamento que nós criamos na cidade, que podem ser aprimorados.

No dia 13 de novembro, na Biblioteca Alceu Amoroso Lima, haverá o evento “Para onde vai o dinheiro? Gastos Públicos nas Grandes Cidades”. No evento vão se apresentar e debater resultados de estudos realizados sobre a qualidade da transparência orçamentária e as diferentes formas de identificar a localização dos gastos públicos. Serão apresentados casos de estudos em diversas cidades do Brasil e do mundo. Vai ter o lançamento do índice de regionalização do orçamento da cidade de São Paulo. Por exemplo, em Buenos Aires há quase 100 por cento de regionalização, já na cidade de São Paulo não chegamos a 13 por cento do orçamento regionalizado. Paris e Madrid estão com boa parte do recurso indo para o orçamento participativo com mais controle social, já Cidade do México e Bogotá estão com índice de distribuição orçamentária que se pautam nas desigualdades da cidade, hoje distribuem mais recursos para aqueles territórios que precisam mais, pensando numa cidade mais equitativa. A ideia é ter inspirações de como podemos melhorar a transparência e como nós olhamos para o orçamento como uma peça chave no planejamento, inclusive na distribuição dos recursos e na redução das desigualdades.

ELIANA BARCELOS – MUNÍCIPE: As pontas não ficam muito amarradas no Plano Diretor, a lei existe, está baseada no Estatuto da Cidade, estudando um pouco a lei, deve ter um momento em que nele mostra esta questão, de onde advem os recursos e para onde são redirecionados, se isto não está constando na lei, é possível fazer uma emenda para criar esse dispositivo e melhorar a garantia dos recursos para o Plano de Bairro. Se você não tem uma verba prevista para o Plano de Bairro, como ele vai ser implementado, qual a força que ele tem, ele fica nulo.

FABIANA TOCK: Realmente, você tem este dispositivo legal, mas de fato quando a sociedade se articula, esse trabalho todo com a comunidade é um trabalho quase de formiguinha, juntando gente, engajando, faz uma ação e mostra que dá certo, e aí quando você tem um Plano de Bairro feito com especialistas da Fundação Getúlio Vargas, a gente consegue por uma linha no Projeto de Lei Orçamentária Anual, então vem um Decreto posterior que anula, então você não tem nenhuma garantia de que a própria lei possa acontecer, enfraquece muito o dispositivo, se agente está pensando em desenvolvimento territorial e o Plano de Bairro é uma ferramenta por excelência do desenvolvimento territorial, seria muito importante agente tentar conseguir alternativas, não só vinculadas a lei.

JOÃO PEDRO ROSIN - MUNÍCIPE: antes da primeira eleição do FERNANDO HADDAD, nós fizemos uma oficina de Plano de Bairro da Vila Madalena, juntamos quase 200 pessoas, em um sábado e um domingo, tiramos as propostas, quando teve a campanha do FERNANDO HADDAD, falaram em começar a planejar a cidade pelos Planos de Bairros, depois vamos para os Planos Regionais, depois as Zonas - regiões administrativas da cidade e por último o Plano Diretor. Depois foi tudo ao contrário, Zona de estruturação da Transformação Urbana em volta do metrô com prédios enormes, então o conflito entre o capital especulativo e os interesses da população são totalmente diferentes. Pinheiros tem cerca de 300 mil moradores, 700 mil trabalhadores por dia, existem interesses economicos muito fortes, a questão da incomodidade, o cara aluga uma garagem, põe as mesas tudo para fora, fica fazendo barulho, drogas, bebedeiras, bate o carro, sujeira, aí você vai falar com o cara, ele é amigo do traficante da região. Tem a questão da gentrificação também. Conseguimos demarcar ZEIS quando botamos 300 pessoas do cortiço dentro da Faculdade Sumaré, mas é difícil, a Operação Urbana Faria Lima arrecadou bilhões, era para ter urbanizado a Favela do Coliseu, tiraram o pessoal de lá provisoriamente e até agora nada.

MAURÍCIO RAMOS DE OLIVEIRA - CONSELHEIRO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: nós participamos do Plano Regional, nós somos da Vilas Jataí, Ida e Beatriz, com um planejamento muito bacana, está publicado no site www.vilaviva.eco.br, com o plano regional inteiro com as premissas do Ecobairro, a LARA FREITAS aqui do lado é a técnica, os técnicos também do Programa Ambientes Verdes e Saudáveis, da SOS Mata Atlântica, da empresa Ambiens também, o plano mobilizou bastante gente por conta do zoneamento da cidade e depois o Plano Diretor. Fizemos o projeto das nascentes, baseado nas bacias hidrográficas, mobilidade, segurança, iluminação, áreas verdes, bem completo. Passamos por um processo muito parecido que o de vocês, só que sem a Fundação Tide Setúbal, com uma coisa que nasce bem da população engajada, acho super importante essa mobilização de vocês, não pode só criticar, tem que participar, atuar junto ao poder público, orientar, fiscalizar, mas em primeiro lugar participar, não adianta ficar em casa esperando que as coisas vão melhorar.

RÉGIS GABRIEL - CONSELHEIRO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: Saiu a PORTARIA Nº 37/SMSUB/2019 no Diário Oficial, do dia 15 de outubro de 2019, página 7, que dispõe sobre os Núcleos Regionais de Planejamento, e está na nossa Agenda Pública a ativação desse Núcleo Regional de Planejamento da Subprefeitura de Pinheiros. Ou seja, realizar a cada ano, um ou mais diálogos abertos do Conselho Participativo com a Subprefeitura de Pinheiros e a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para a proposição, avaliação, acompanhamento da implantação e aprovação dos Planos de Bairros da região, para apreciação posterior do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU, com as possibilidades de custeios, investimentos dos nossos Planos de Bairros, seja através do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB), de dotação orçamentária, emendas parlamentares, lei específica ou parcerias privadas.

JOSÉ FLAVIO CURY - SUPERVISOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO URBANO DA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS: Em primeiro lugar eu queria dizer que para nós isso também é uma coisa nova, que foram reativados os Núcleos Regionais de Planejamento, isso durante três anos teve natimorto, nem agente acreditava que isso fosse restabelecido, mas é uma das poucas lembranças boas que nós recebemos do outro governo no sentido de que a Lei do Plano Diretor implantou um Sistema de Planejamento Municipal, implantou não só o Plano Diretor, mas no seu arcabouço trouxe uma série de leis consequentes, estava planejada a Lei do Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, os Planos Regionais e os Planos de Bairros, tudo está no arcabouço da Lei do Plano Diretor, isso devia ser colocado em prática paulatinamente, e uma coisa sempre tinha a ver com a etapa seguinte. Eu até concordo, falando como urbanista, com o JOÃO PEDRO ROSIN, um bom planejamento é aquele que começa de baixo, e ele vai subindo, seria bem mais interessante para a cidade que o Plano Diretor fosse mais consensual e menos

conflituoso, porque o papel da Prefeitura é arbitrar os usos urbanos dentro da cidade, até onde você pode e até onde começa o poder do outro lado, e esse conflito de usos, residências versus serviços e comércios, indústria versus habitação, isso é mais ou menos normal na cidade e dessa forma seria menos conflituoso. Até a etapa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 2016, nós tivemos bem ou mal, um certo processo de discussões públicas, audiências, explicações, recolha de sugestões, a transformação de algumas sugestões que vieram a ser incorporadas a lei, mas o processo aí se quebrou quando chegou o Plano Regional, no momento que se pensou em fazer o Plano Regional, não estava muito claro no Plano Diretor quais seriam os mecanismos que nós iríamos usar tanto para fazer o Plano Regional quanto para fazer o Plano de Bairro. Nós não sabíamos sequer o que é um Plano de Bairro, alguém sabe aqui o que é para a cidade de São Paulo um Plano de Bairro que seja consensual.

A confusão começa porque nós já tivemos os Planos Regionais Estratégicos das Subprefeituras, como Lei em 2004, então votou-se o Plano Diretor em 2002 que dava as diretrizes gerais da cidade e em seguida votaram-se os Planos Regionais, então cada Subprefeitura tinha um Plano Regional, e esse Plano Regional determinava tudo em relação ao território daquela Subprefeitura, até o zoneamento, o uso do solo, até as diretrizes ainda que genéricas de saúde, educação, cultura. Aí neste atual Plano Diretor de 2014, restringiu-se a atuação quase que tão somente ao Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e mais do que isso, pela primeira vez nós tivemos no Plano Diretor, uma parte que deveria ficar na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, então ele praticamente determinou o uso do solo na cidade, já no Plano Diretor, e isso provocou uma certa celeuma. Aí o governo de então, derrepente percebeu que não havia um clima adequado para a sua reeleição, então eles correram na última hora para fazer os Planos Regionais por Decreto em 2016, então no último ano, no apagar das luzes do governo FERNANDO HADDAD, fomos convocados a discutir os Planos Regionais, teve uma única Audiência Pública por Subprefeitura, mas não tava madura essa discussão dentro das comunidades sobre a importância que isso ia ter no planejamento, realmente nós começamos no Plano Diretor para descer, o objetivo final tem que ser o Plano de Bairro porque ele é o mais democrático e que vai permitir a REGIONALIZAÇÃO DO ORÇAMENTO e vai possibilitar ter mecanismos adequados para que esse orçamento seja regionalizado e participativo. Sem chegarmos nos Planos de Bairros o Orçamento Participativo e o Orçamento Regionalizado realmente não vai dar. Em 2016 tivemos os Planos Regionais que estão vigorando e o que nós vamos fazer agora, é atualizar o Decreto dos Planos Regionais do ano de 2016, ainda não sabemos como, estamos fazendo as primeiras discussões. Cada gestão que inicia no município de São Paulo deve ter um Plano de Metas, um Orçamento Plurianual e uma Lei Orçamentária Anual. A gestão atual fez um Plano de Metas, que na realidade é você transformar aquele plano de governo do então candidato, num Plano de Metas, ele prometeu uma coisa ele vai ter que mostrar como ele vai fazer no Plano de metas, que é para quatro anos. E como é que ele vai fazer isso, num Plano de Ação baseado no Plano Regional. Esse Plano de Ação deveria ser dos quatro anos, fazendo que o Plano Regional e o Plano de Metas fossem transformados em ações reais que mexessem com o Orçamento, que fossem planos de projetos para cada região. Esse Plano de Ação deveria ser discutido no início da gestão com as Subprefeituras e essa discussão deveria se fazer todos anos. O JOÃO DORIA JÚNIOR não fez nenhum plano de ação baseados nos Planos Regionais, neste momento a Administração Pública percebeu que não estava obedecendo a Lei, ela tinha que obedecer a Lei em algum momento, então foi convocado agora no final do mandato para que nós fizéssemos um Plano de Ação para 2020 baseado nos Planos Regionais de 2016. Então agente vai ter que reestudar, reavaliar aqueles oito perímetros do Plano Regional da Subprefeitura de Pinheiros, se eles continuam atualizados, quatro anos depois, se eles foram discutidos com a comunidade. Eu não estou criticando o Governo, eles estão fazendo de acordo com o que eles tem que fazer e eles estão fazendo. No Brasil, diz que planejamento se faz ao contrário sempre, a prática institucionalizada que vira Lei e não a Lei institucionalizada que vira prática, então de tanto agente bater, um momento as coisas se transformam em Lei. Por exemplo, o IPTU Progressivo foi um instrumento de Planejamento que vinha sendo batido desde 1970, não se aceitava a ideia do IPTU Progressivo, ou seja, é uma ideia simples, justiça social, o Estatuto da Cidade acabou incorporando, ou seja um

cara que tem um terreno vazio no meio da cidade, uma gleba imensa, que ele passa 20 anos esperando aquilo valorizar, tem água, luz, esgoto, sargeta, postes, todos os melhoramentos, mas ele quer que aquilo valorize, para quem que vai ficar o lucro, para ele, para quem que ficou o gasto, para a cidade. Se a cidade tem que fazer isso, colocar todos os melhoramentos básicos, ela pode e tem o direito de impor algumas regras que não tem um terreno rural, então no momento que você compra um terreno urbano se aceita as regras da cidade, ou seja, se você tem um terreno e não construiu nos primeiros cinco anos, o IPTU aumenta, se também não construiu em dez anos, o IPTU aumenta mais.

Todas essas coisas só podem realmente vigorar se agente conseguir discutir o orçamento, embora vai ser a primeira vez que nós vamos ter um orçamento regionalizado, ainda que ele não seja totalmente em 2020, é uma ideia lançada e nós temos que aproveitar essa chance para discutir um orçamento regionalizado e avançar mais um passo, para chegar no Plano de Bairro, porque o Plano de Bairro, na realidade, o que ele vai fazer, as melhorias que o bairro precisa vão ser discutidas, levadas para o Plano Regional, aprovadas no Conselho Participativo da Subprefeitura e incorporadas ao orçamento da cidade, é lógico que só uma parte do orçamento da cidade vai ser destacada para participação comunitária, regionalizada, outra parte ainda vai ser discutida em termos de Subprefeitura e outra parte vai ser discutida para projetos genéricos que englobam toda a cidade.

Eu queria falar também sobre a experiência delas, da questão do Plano de Bairro, o que que é um Plano de Bairro para agente, em termos de legislação na cidade de São Paulo? Nós não temos a menor ideia ainda, não que não houveram estudos, aconteceram estudos e propostas, a primeira proposta que saiu é a de que nós temos uma organização administrativa da cidade, o município com a zona rural e a zona urbana, a zona urbana é algo que agente conhece como cidade, ela é dividida em 96 Distritos no município de São Paulo desde 1988, estes Distritos quando agrupados formam as Subprefeituras, e estes Distritos são muito importantes para a cidade porque são recolhidos os dados do Censo do IBGE, a maioria dos órgãos públicos se organiza através de Distritos, por exemplo aqui na Subprefeitura de Pinheiros nós temos quatro Distritos: Pinheiros, Alto de Pinheiros, Jardim Paulista e Itaim Bibi. E aí quando chega no Bairro não tem, bairro não tem limites em São Paulo, bairro é uma visão cultural, a Vila, isso daí é meramente cultural, olha eu moro na Vila Madalena, coisa nenhuma, você mora no Jardim das Bandeiras, ou eu moro no Alto da Lapa, mora coisa nenhuma, você mora no Ceasa, quer dizer os corretores de imóveis adoram isso, porque tiram mais dinheiro ou menos dependendo da onde você enfia o seu bairro, então delimitar bairro não é uma coisa fácil, houveram várias tentativas de delimitar o bairro e fazer com que o bairro coubesse certinho no Distrito, então uma reunião de bairros formaria o Distrito, uma reunião de Distritos formaria a Subprefeitura e a reunião das Subprefeituras formaria a cidade. Tem bairros que pegam mais de um Distrito, aqui nós temos por exemplo o Jardim Europa é Pinheiros ou é Jardim Paulista? Para os Correios, bairro é um limite e para a SABESP é outro, com nome diferente.

Então existe esta corrente legalista, que achava que tinha que ter limite certinho, mas tinha também outra corrente nas discussões, que dizia que bairro não precisa ter limites, bairro é aonde agente sente no coração, por exemplo eu me sinto Itaim Bibi e não Vila Olimpia, então as pessoas se organizam de acordo com os seus interesses, eu sou meio por aí, se agente for impor limites certinhos para bairros, não vamos chegar nunca a lugar nenhum, pode ter bairros que se conflituam entre si, mas eles defendem no fundo os interesses dos moradores, se congregam numa coisa que vai levar aquilo que agente falou, o orçamento regionalizado, participativo, que vai ser expresso futuramente através do orçamento regionalizado dos Planos Regionais das Subprefeituras.

Então foi necessário fazer o Núcleo Regional de Planejamento, coordenado pela Subprefeitura, mas com a participação de técnicos das Secretarias, então nós temos um Núcleo Regional de Pinheiros, está publicado no Diário Oficial, o nome dos representantes de cada Secretaria, e eles devem vir em algum momento para discutir com agente o que que aquela determinada Secretaria tem para cá, Subprefeitura de Pinheiros, e já começaram a fazer isso, não é um processo fácil, primeiro que eles não estão acostumados a discutir as coisas nesse nível, segundo não estão acostumados a

regionalizar, tem algumas Secretarias como Educação que já tem uma estrutura regional, já está mais avançada neste processo, outras nem tanto.

LARA FREITAS - MUNÍCIPE: Essa perspectiva, o que é território, como agente organiza os limites, é sempre uma questão, mas eu acho que o mais importante no Plano de Bairro é olhar nos olhos dessa escala, porque agente fala do Plano Metropolitano, do Plano Diretor, dos Planos setoriais, isto já está muito claro, as abordagens, o que contem, mas na escala local, agente tem muito o que aprender como lidar com essa escala local, esse exemplo que você falou, que agente perpassa territórios, perpassa esses limites, é uma questão, mas o que é mais importante no Plano de Bairro, é que ele pode desvendar, o que é contribuição efetivamente na escala do território, quais são as soluções distribuídas e não mais só grandes intervenções. Eu acho que agente ter clareza da importância do Plano de Bairro e dessas outras escalas em que isso pode escapar, porque precisa de montantes menores, pode ser feito muitas vezes pela comunidade, pode ser feito em parcerias, eu acho que também é uma grande contribuição que agente precisa olhar para o Plano de Bairro. Uma coisa é o que passa pelo território, quais são os planos que impactam ou beneficiam, mas o mais importante ainda que agente não pode esquecer, é essa outra escala, essa contribuição que reside nessa escala. Fica mais ao nosso alcance, está mais no cotidiano, fica mais claro, então conforme agente vai descendo nos estudos, nos aprendizados coletivos do plano de bairro, vai tendo respostas para muitas dessas questões que ele afirmou aqui, que todos nós nos fazemos, então é bem-vindo escutar que o planejamento está descendo, eu acho que também é uma oportunidade para calibrar os olhos dos técnicos de outras escalas e os técnicos dos territórios nessa interface poder público e sociedade civil, tem um grande potencial para agente ter avanços significativos.

RÉGIS GABRIEL - CONSELHEIRO PARTICIPATIVO MUNICIPAL: Existe no coração de cada um dos mais de 12 milhões de paulistanos, os bairros que não são nem os mais importantes, mas são os mais "nossos", o bairro que amamos. O lugar protetor, de pertencimento, de identidade, de viver, de morar, criar filhos, de ser gente, elo de ligação entre passado e presente e local da memória individual e coletiva.

O desenvolvimento humano como emancipação coloca definitivamente o ônus da ação nas dinâmicas locais. Já há várias iniciativas dentro da Subprefeitura de Pinheiros em entender e promover a singularidade de uma determinada região, reforçando a economia local, criando o senso de pertencimento, possibilitando a atração de investimentos, talentos, visitantes e contribuindo com a melhora da qualidade de vida das pessoas.

Estamos com a expectativa dentro do Conselho Participativo Municipal que esse Núcleo Regional de Planejamento vai ser trazido aqui para nós do Conselho Participativo e a princípio o que deu a entender é que os órgãos da Administração Pública da Prefeitura vão discutir entre si, mas ele vai ser trazido aqui para o Conselho Participativo Municipal?

JOSÉ FLAVIO CURY - SUPERVISOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO URBANO DA SUBPREFEITURA DE PINHEIROS: Estão previstas Audiências Públicas a partir de Janeiro de 2020, uma vez discutido, vai ser montado o Plano de Ação que tem que se desdobrar em diretrizes orçamentárias que vão vigorar no ano que vem e alguma coisa em 2021. Esse Plano de Ação está muito longe do ideal, mas é o nosso primeiro passo em direção a esse orçamento regionalizado, que tem que mais tarde terminar num orçamento que leve em conta os Planos de Bairros. Só para terminar, eu acho que nós saímos daqui com um gigantesco ponto de interrogação do que que é Plano de Bairro ainda, mas concerteza vão ser de iniciativas como a do Jardim Lapenna, de iniciativas como de outros que já tentaram, iniciativas que a Prefeitura tentou e fracassou, vão ser da multiplicidade dessas tentativas que vai ter que sair um consenso sobre o que é Plano de Bairro, o JOÃO PEDRO ROSIN até falou daquela tentativa da Vila Madalena e que acabou não saindo o Plano Regional, porque para que exista o Plano de Bairro, ele é muito próximo da comunidade, ele é mais flexível que o Plano Regional, tem que ser assim, porque uma hora a comunidade está bem

ativada, outra hora não está tanto, mas o Plano de Bairro tem que ter regras básicas, e não é regras que agente se impõe, mas que o nível de governo local, que no caso é a Prefeitura, vai impor que o Plano de Bairro tenha, tem que ter no mínimo, por exemplo, uma organização formal, tem que ter um presidente, tem que ter uma representação, tem que renovar, tem que prestar contas, quer dizer, essas regras básicas a Prefeitura vai ter que ter e impor para o Plano de Bairro funcionar, e a Prefeitura poder reconhecer a instância do Plano de Bairro como uma entidade representativa daquela comunidade.

JOÃO PEDRO ROSIN – MUNÍCIPE: Outro assunto importante, foi aprovada na Câmara Municipal a Lei 17.216/2019 de 18 de Outubro de 2019, que dispõe sobre a desestatização dos bens municipais, inclusive escolas. O Projeto de Lei continha 7 áreas a serem vendidas e da noite para o dia, enfiaram mais 34 áreas, no total 41 áreas, no Projeto de Lei para ser aprovado no dia seguinte. Estão comprando áreas públicas e o Prefeito tem que zelar pelo patrimônio público que é de todos, tem a questão de para onde está indo esse dinheiro, para onde vão as centenas de crianças que vão ficar sem escola e também a questão da demanda dos equipamentos públicos que são necessários para a região e estão vendendo estes terrenos públicos com metro quadrado com valor enorme, do interesse do mercado imobiliário, numa região com dificuldades de se implantar equipamentos públicos por falta de terrenos, que são caríssimos. Aí agente acaba ficando sem Creches, sem Unidades Básicas de Saúde, sem Escolas, sem Praças.

Seguem alguns terrenos públicos que estarão a venda dentro da circunscrição da Subprefeitura de Pinheiros:

- Rua Baluarte, 162, na Vila Olímpia, lá tem a Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Maria Antonieta D'Alkmin Basto para mais de 500 alunos e do outro lado do terreno a Escola Municipal de Saúde, onde tem os treinamentos para os profissionais de saúde do município de São Paulo.
- Avenida Jornalista Roberto Marinho esquina com a Rua Casimiro de Abreu.
- Rua Carlos Weber, 360, é uma área destinada para a saúde para fazer o Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, onde se realizam exames que exigem um laudo pericial aceito pela Justiça.
- Travessa Dr. Raymundo Gomes Carneiro, é uma Rua sem saída.
- Avenida Santo Amaro / Travessa Cusco, é uma Rua também.
- Travessa Gonzalez Pecotche na Rua Cunha Gago, outra Rua sem saída.
- Rua Fernandes de Abreu, 208, outra Rua também.
- Alameda Raja Gabaglia com a Rua Gomes de Carvalho

c) Aprovação da ata.

A ata das seguintes reuniões ordinárias abaixo foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros Participativos Municipais da Subprefeitura de Pinheiros, sem nenhum pedido de vistas:

- Ata da 8ª reunião ordinária do ano de 2019 ocorrida em 29 de Agosto de 2019.

d) Agenda Pública do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros.

As seguintes demandas gerais foram apresentadas, registradas, documentadas e enviadas pelo Conselho Participativo da Subprefeitura de Pinheiros à Subprefeitura de Pinheiros:

1. Foi solicitado mecanismos de interação com os técnicos locais da Subprefeitura de Pinheiros e fazer a integração deles (sejam coordenadores, supervisores, chefes de unidades) com o Conselho Participativo, que participa dos processos de políticas públicas do território da Subprefeitura de Pinheiros. Exemplo: comissão técnica de apoio, visita monitorada, presença no conselho dos técnicos locais.

2. Ajuda a comunidade da região da Subprefeitura de Pinheiros no tratamento dos conflitos e demandas sociais referentes ao Carnaval de Rua que se realizará no ano que vem. Em 14 de fevereiro, o Conselho Participativo Municipal de Pinheiros realizou seu 2º. Diálogo Aberto, desta vez com foco no tema: Carnaval de São Paulo e seu impacto em Pinheiros e do evento coletamos questões de destaque na busca de uma melhoria na gestão do Carnaval em Pinheiros.
3. Solicitamos à Subprefeitura o fomento da transparência ativa (divulgação de informações por iniciativa do próprio órgão público, sem que tenha havido solicitação) da Subprefeitura de Pinheiros e a abertura de dados precisos, para combater a corrupção e facilitar a formulação e avaliação das políticas públicas:
 - Solicitamos que a Subprefeitura de Pinheiros disponibilize os seus relatórios de execução orçamentária atualizados e em local visível (quadro na entrada da Subprefeitura) - Lei Ordinária nº 13.949/2005, de 21 de janeiro de 2005, (dispõe sobre a apresentação de relatórios de elaboração e de execução orçamentárias).
 - Solicitamos que o site da Subprefeitura de Pinheiros tenha sempre a execução orçamentária completa - Portaria Intersecretarial nº 03/2014 - CGM, ato normativo da Controladoria Geral do Município de São Paulo, (cria normas e procedimentos para a transparência ativa de todos os órgãos e entidades da Administração Municipal).
 - Solicitamos que a Subprefeitura de Pinheiros disponibilize as informações geolocalizadas dos serviços prestados (Sistema de Gestão de Zeladoria) de zeladoria relativas à Subprefeitura, no portal de Dados Abertos da Prefeitura de São Paulo - Lei Ordinária nº 16.255/2015, de 10 de setembro de 2015, (acrescenta disponibilização de armazenamento das informações georreferenciadas em página eletrônica da Prefeitura Municipal de São Paulo).
4. O Conselho Participativo deve monitorar a evolução dos indicadores de desempenho dos serviços públicos e temos solicitado balanços (semestrais/anuais) pormenorizados da gestão da Subprefeitura de Pinheiros, como por exemplo:
 - Quais os projetos concretizados, novos projetos e obras em geral como apoios, parcerias, incentivos, reformas e revitalização de praças, construções de muros de arrimo e contenção, etc.;
 - Quais os valores e quais os projetos de emendas parlamentares e fundos municipais aplicados na região da Subprefeitura de Pinheiros;
 - Todos os contratos firmados do âmbito da Subprefeitura de Pinheiros, quais as economias administrativas, quais os custos fixos e variáveis (exemplo: limpeza e conservação da Subprefeitura, alugueis de equipamentos e instalações, salários, segurança e vigilância, transporte, consumos de água, luz, telefonia de todos os imóveis que a Subprefeitura mantém, compras de insumos variados);
 - Quais as melhorias estruturais (computadores, softwares, internet, mobiliário, etc.) e doações de bens patrimoniais;
 - Quais as quantidades de equipes, custeio, localização dos serviços efetuados e produtividade da manutenção dos sistemas de drenagem e viário: manutenção de galerias (rede, poço de vista, bueiro e boca de lobo), pequenas obras de construção de bueiro, boca de lobo e poço de visita, manutenção da drenagem superficial (sarjetas e sarjetões), rebaixamento e alteamento de guias/acessibilidade, tapa buraco, nivelamento de vias de terra, recolocação e ajuste de paralelepípedo e manutenção de logradouros (calçadas, escadarias);

- Quais as quantidades de equipes, custeio, localização dos serviços efetuados e produtividade da manutenção das áreas verdes: laudos técnicos, podas e remoções de árvores em áreas particulares, podas de árvores em área pública, remoção e substituição de árvores em área pública, planejamento de plantio de novas árvores, conservação de praças e áreas verdes, conservação de canteiros de grandes avenidas com capinação, roçada e termos de cooperação das áreas verdes;
 - Quais as quantidades de equipes, custeio, localização dos serviços efetuados e produtividade da fiscalização e licenciamentos: vistorias técnicas, embargos de obras, fiscalização da manutenção de muro, passeio e limpeza de imóveis particulares, interdições administrativas de estabelecimentos comerciais, retirada de anúncios em vias públicas, vistoria e adequação de bancas de jornal, termos de permissão de uso de mesa e cadeiras, guarita e valets, termos de permissão de uso de bancas de jornal, autos de multas: obras, ambulantes irregulares, panfletagem, apreensões, poluição sonora, etc.;
 - Quais as quantidades de equipes, custeio, localização dos serviços efetuados e produtividade da limpeza pública dentro da região da Subprefeitura de Pinheiros, pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) e empresas contratadas: varrição e limpeza de lixeiras públicas, capinação e roçada, pintura e caiação de guias e postes, raspagem de lambe-lambe, retirada de faixas e cartazes irregulares, coleta de grandes resíduos (cata-bagulho), ecoponto, remoção de pontos viciados, recolha de animais mortos, lavagem de logradouros;
 - Quais os parklets, caminhões de comida (food trucks), abrigos de taxi, paraciclos, fechamento de vias, autorizados e implantados dentro da região;
 - Produtividade de SACs finalizados.
5. Solicitamos a ativação do Polo Regional de Planejamento da Subprefeitura de Pinheiros. Ou seja, realizar a cada ano um ou mais diálogos abertos com a Subprefeitura de Pinheiros e a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE) da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano para a proposição, avaliação, acompanhamento da implantação e aprovação de instrumentos urbanísticos, como por exemplo os Planos de Bairros da região, para apreciação posterior do Conselho Municipal de Política Urbana – CMPU.
 6. Há a intenção de se fazer um programa comunitário com uma combinação de política, educação do consumidor, hábitos de consumo, inovação social, tecnológica e reciclagem ajudando a trazer todos os setores da comunidade local para uma luta comum (Lixo).

Por exemplo, foi solicitado ativar o Polo Regional de Educação Ambiental da Subprefeitura de Pinheiros. Fazer a articulação e mobilização entre os diversos conselhos comunitários, associações, coletivos e comitês da região da Subprefeitura de Pinheiros com o objetivo de aprimorar a cooperação entre as diferentes instâncias e atingir os temas comuns. Criando e fortalecendo uma rede de parceiros (tripé: mercado, poder público, sociedade civil) para que ocorra uma ativação dessa rede (mobilização comunitária, mobilização de recursos, articulação institucional), ou seja, apoio e auxílio aos promotores das ações para que elas aconteçam nos territórios. Possibilitando o benefício das pessoas, dos territórios e fortalecendo pessoas e projetos que cooperem entre si, formando uma rede em que todos saem ganhando, promovendo o bem comum.

7. A ideia também é que o Conselho Participativo da Subprefeitura de Pinheiros use os sistemas digitais para obter energia no espaço real. Foi solicitado plano de

melhoria de comunicação institucional da Subprefeitura de Pinheiros, melhorando o relacionamento com a comunidade com a integração com o Conselho Participativo e a divulgação uma vez por mês no site da Subprefeitura. Além disso solicitamos que a página institucional dentro do site da Subprefeitura siga as normas e procedimentos da Controladoria Geral do Município de São Paulo Portaria Intersecretarial nº 03/2014 – CGM. Então procuramos usar sistemas digitais (rede social do Conselho, página institucional dentro do site da Subprefeitura) ou fomentamos a criação e o desenvolvimento dos mesmos, para possibilitar aos munícipes e conselheiros a transmissão e divulgação das ações, coleta de contribuições, consultas, interações, resoluções e atividades dos processos participativos do Conselho Participativo da Subprefeitura de Pinheiros com os seguintes itens:

- Eventos: Diálogos Abertos, Pesquisas, Conferências, Festivais, Mobilizações, Encontros, Audiências Públicas, Jornadas, etc.;
 - Como Participar: Calendário, local, horário, rede social;
 - Atas das Reuniões: Todas as publicações das atas das reuniões;
 - Atos, Resoluções do Conselho Participativo: Ofícios, cartas, abaixo-assinados, manifestações coletivas, diligências, propostas, projetos, etc.;
 - Funcionamento do Conselho Participativo: Regimento interno, valores, estrutura do colegiado, lista dos conselheiros participativos;
 - Cursos e Estudos territoriais;
 - Memória: fatos, personalidades, arquivos, documentações e memórias do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros.
8. Foi solicitado, mas ainda não usado neste mandato (R\$ 1.000,00) os recursos da dotação 51.10.04.122.3012.2803 - Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos Municipais para melhorias do bem comum e da participação social.
 9. Foi solicitado procurar influenciar na decisão sobre a destinação das verbas da Subprefeitura de Pinheiros provenientes dos fundos municipais como o FUNDURB (Fundo de Desenvolvimento Urbano), o FMSAI (Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura) para projetos de melhorias dos bairros da região e empenhar-se para que ocorra a publicação de editais de seleção de projetos de políticas públicas, para que em equipamentos públicos da região da Subprefeitura de Pinheiros se implante soluções locais de sustentabilidade, por exemplo através do FEMA (Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável).
 10. Solicitamos a disponibilização/atualização no site da Subprefeitura de Pinheiros, a Carta de Serviços ao Cidadão, com todas as informações relativas aos serviços da Subprefeitura de Pinheiros.
 11. Solicitamos que a Subprefeitura de Pinheiros, faça uma pesquisa/seleção da regionalização das dezenas de ações do plano de metas/execução orçamentária da Prefeitura de São Paulo, que ocorrem dentro do território da Subprefeitura de Pinheiros, determinando quais os prazos e compromissos em relação à formulação e implementação de políticas públicas localizadas dentro do território da Subprefeitura de Pinheiros, para o Conselho Participativo fazer o acompanhamento e monitoramento das ações no território.

12. O Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros solicitou despacho com deferimento do cadastro, autorizando o cadastramento do nome de moradores como membros do Comitê de Usuários de praças.
13. Solicitamos que a Subprefeitura de Pinheiros adira ao Programa de Integridade e Boas Práticas da Controladoria Geral do Município, instrumento de gestão estratégica, por meio da utilização de metodologia sistematizada de forma a gerenciar e tratar possíveis riscos de determinada instituição.
14. Não há uma Casa de Mediação na Subprefeitura de Pinheiros, região cheia de conflitos com perturbação de sossego, queixas de barulhos, etc. Então o Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura de Pinheiros solicita para que a população da região seja assistida por este sistema de mediação.